



FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS – FUNSEG-JE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2024

CONTEÚDO

APRESENTAÇÃO.....	3
1. DA INSTITUIÇÃO.....	4
2. DADOS DOS GESTORES.....	5
3. DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	6
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	8
ANEXOS	10

APRESENTAÇÃO

O dever de prestar contas, constante no art. 70, parágrafo único e no art. 50, parágrafo único, ambos da Constituição Federal, impõe-se a toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responde ou que, em nome deste, assume obrigações de natureza pecuniária.

Deste modo, e em consonância com as Instruções Normativas nº 12, de 16 de novembro de 2005, e nº 26, de 30 de novembro de 2011, o Fundo Especial de Segurança dos Magistrados, vem oferecer Relatório de Gestão referente ao exercício de 2024, como peça integrante da Prestação de Contas Anual apresentada ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

1 DA INSTITUIÇÃO

O Capítulo VII, art. 22 da Resolução nº 435/2021 do Conselho Nacional de Justiça fixa que os Tribunais de Justiça devem buscar a aprovação de lei estadual que disponha sobre a criação de Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, com a finalidade de assegurar os recursos necessários à implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados, bem como à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios.

Em consonância com esta recomendação, o CNJ também impõe uma série de medidas enunciadas ao longo do art. 14 daquele normativo, pavimentando a finalidade de instituir Fundo próprio para erigir uma estrutura de segurança considerada padrão nos tribunais brasileiros.

Assim, em observância ao disposto nesta Resolução, o Fundo Especial de Segurança dos Magistrados - FUNSEG, órgão do Poder Judiciário do Maranhão, instituído pela Lei Complementar nº 164, de 1º de Abril de 2014, tem por objetivo suprir, implementar, captar, controlar e aplicar recursos financeiros que serão destinados à implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados; à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados, conforme preceitua o art. 2º, da Lei Complementar 164/2014.

2 DADOS DOS GESTORES

Nome: **José de Ribamar Froz Sobrinho**

Cargo: Presidente

Período: biênio 2024/2026

Matrícula: 140558

CPF: 408.644.643-04

Endereço: Rua 38 Cond. Herbene Regadas Apartamento, 1300.

Bairro: Ponta D'areia

Cidade: São Luis - Ma CEP: 65077360,

Nome: **Raimundo Moraes Bogéa**

Cargo: 1º Vice-Presidente

Período: biênio 2024/2026

Matrícula: 16394

CPF: 152.997.401-15

Endereço: Rua Dos Cedros Qda 13 Edf. Katia Santos, Sn, Apt 101.

Bairro: São Francisco

Cidade: São Luis - Ma CEP: 65076100

Nome: **José Jorge Figueiredo Dos Anjos**

Cargo: 2º Vice-Presidente

Período: biênio 2024/2026

Matrícula: 16402

CPF: 125.831.623-49

Endereço: Rua Dep Luis e Magalhães, Sn, Cd Jd Veneto T Padov.

Bairro: Calhau

Cidade: São Luis - MA CEP: 65071415

Nome: **José Luiz Oliveira De Almeida**

Cargo: Corregedor-Geral da Justiça

Período: biênio 2024/2026

Matrícula: 16048

CPF: 054.617.313-68

Endereço: Av dos Holandeses, ap 502

Bairro: Jardim Renascença

Cidade: São Luis - Ma CEP: 65075650

Nome: **Ticiany Gedeon Maciel Palacio**

Cargo: Diretora Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça

Período: biênio 2024/2026

Matrícula: 114934

CPF: 428.251.303-97

Endereço: Rua Parnaíba lote 10 Ed Acapuco Ap1401, 10, Bl 01.

Bairro: Ponta do Farol,

Cidade: São Luis - Ma CEP: 65075839

Nome: **Amudsen da Silveira Bonifácio**

Cargo: Diretor Financeiro do Tribunal de Justiça

Período: biênio 2024/2026

Matrícula: 99374

CPF: 827.596.773-20

Endereço: Rua dos Gerânios, 0, Ap 1502

Bairro: Ponta D'areia

Cidade: São Luis - ma CEP: 65077550

3 DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Plano de Trabalho previsto para o exercício de 2024 foi estabelecido a partir das demandas discutidas no âmbito da Comissão Permanente de Segurança Institucional – CPSI –, visando à aquisição, manutenção e adequação tecnológica dos equipamentos de segurança que garantam o cumprimento dos dispositivos contidos no rol não exaustivo do art. 14, da Resolução 435/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

No ano de 2024, a CPSI, por meio da Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar (DSIGM), coordenou a execução de diversas ações voltadas ao fortalecimento da segurança institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão. Entre as principais iniciativas, destacam-se os investimentos na aquisição de equipamentos e materiais estratégicos, bem como a ampliação das estruturas de videomonitoramento e controle de acesso nos prédios do TJMA, com ênfase no novo Fórum de Imperatriz.

Seguem discriminados, abaixo, os empenhos realizados em 2024 às expensas do Funseg, totalizando R\$ 8.764.669,14 (oito milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e nove reais e quatorze centavos):

01) Pagamento de diárias em deslocamento de equipe de segurança: o valor total empenhado foi de R\$ 139.921,80 (cento e trinta e nove mil, novecentos e vinte e um reais e oitenta centavos). A planilha com os detalhamentos segue em anexo;

02) Aquisição de 50 (cinquenta) coletes balísticos, por meio do empenho nº 2024NE00061, em 17.06.2024, no valor de R\$ 98.300,00 (noventa e oito mil e trezentos reais), processo nº 66642/2023 gerador do empenho;

03) Aquisição de equipamento para a Divisão de Inteligência, por meio do empenho nº 2024NE000096, em 25/09/2024, no valor de R\$ 430.200,00 (quatrocentos e trinta mil e duzentos reais), processo 66640/2023 gerador do empenho;

FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS – FUNSEG-JE

04) Aquisição de 01 (um) veículo blindado, por meio do empenho nº 2024NE000033, em 24.04.2024, no valor de R\$480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), processo nº 66407/2023 gerador do empenho;

7

05) Aquisição de 15 (quinze) dispositivos elétricos incapacitantes, por meio do empenho nº 2024NE000042, em 13.05.2024, no valor de R\$ 233.097,30 (duzentos e trinta e três mil, noventa e sete reais e trinta centavos), processo nº 66406/2023 gerador do empenho;

06) Aquisição de munições de fogo central e de treino, utilizadas na prestação dos serviços de segurança institucional, em cursos de segurança para magistrados, bem como para o aperfeiçoamento dos policiais militares que integram o quadro da Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar (DSIGM), por meio do empenho nº 2024NE000095, de 19.09.2024, no valor de R\$ 145.862,50 (cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), processo nº 66573/2023 gerador do empenho;

07) Contratação de empresa para confecção e fornecimento de bótons e moedas comemorativas personalizadas, por meio do empenho nº 2024NE000141, em 18.12.2024, no valor de R\$ 38.386,00 (trinta e oito mil, trezentos e oitenta e seis reais), processo nº 66643/2023 gerador do empenho;

08) Contratação de empresa especializada para a ampliação das estruturas de videomonitoramento IP e controle de acesso por biometria para os prédios do TJMA, incluindo o novo Fórum de Imperatriz (MA), por meio dos empenhos nº 2024NE000122, 2024NE000123, 2024NE000124, 2024NE000125, 2024NE000126 e 2024NE000127, em 10.10.2024, e empenhos nº 2024NE000128 e 2024NE000129, em 11.10.2024, no valor total de R\$ 7.338.823,34 (sete milhões, trezentos e trinta e oito mil, oitocentos e vinte e três reais e trinta e quatro centavos), processo nº 63651/2024 gerador dos empenhos.

Todas as despesas previstas para este Fundo estão alinhadas conforme previsão no Orçamento anual, em atenção ao que dispõe a Lei Complementar nº 164, de 1º de abril de 2014.

8

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fundo de Segurança dos Magistrados – FUNSEG-JE – tem por objetivo suprir, implementar, captar, controlar e aplicar recursos financeiros que serão destinados à implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados; à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados.

Por meio deste Fundo o Tribunal maranhense tem sido referência em ações de segurança institucional, cumprindo as medidas básicas elencadas por força de Resolução do CNJ. Este salto em termos de segurança institucional no Poder Judiciário reflete o anseio do contexto atual, o qual reivindica a constante criação de mecanismos de proteção que garantam o livre exercício da magistratura, elemento indispensável ao Estado Democrático de Direito.

Assim, o desenvolvimento das atividades do Funseg constitui-se em verdadeira Política Pública de Segurança no âmbito do Poder Judiciário Maranhense, na busca de promover os recursos necessários para a manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados e relativos à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nessas atividades de segurança.

São Luís, 10 de fevereiro de 2025.

Des. Sebastião Joaquim Lima Bonfim

Presidente do Conselho de Administração do Funseg-JE

Conselho de Administração do FUNSEG-JE, conforme ATOPRESIDENCIA-GP - 812024:

Antonio Elias de Queiroga Filho

Juiz de Direito Representante da AMMA

Amudsen da Silveira Bonifácio

Diretor Financeiro

Célia Regina Pereira da Silva

Diretora do FERJ

Cel. QOPM Claridelma Barros Brasil Mesquita

Diretora de Segurança Institucional e Gabinete Militar

ATO DA PRESIDÊNCIA-GP Nº 81, DE 19 DE JUNHO DE 2024.

Código de validação: 39B7BA8CD0
ATOPRESIDENCIA-GP - 812024
(relativo ao Processo 420512024)

Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados(as) do Estado do Maranhão para o Biênio 2024/2026.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e, **CONSIDERANDO** o art. 6º, e § 1º da [Lei Complementar nº 164, de 1º de abril de 2014](#), que criou o Fundo Especial de Segurança dos Magistrados do Estado do Maranhão - FUNSEG-JE.

CONSIDERANDO o constante no OFC-GDSJLB-762024, de 6 de junho de 2024.

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam designados(as) para o Conselho de Administração do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados(as) do Estado do Maranhão - FUNSEG-JE, os seguintes membros(as):

- I - Sebastião Joaquim Lima Bonfim, matrícula nº 28472, desembargador;
- II - Antonio Elias de Queiroga Filho, matrícula nº 144030 - juiz de direito auxiliar da Comarca da Ilha de São Luís, representante da Associação de Magistrados(as) do Maranhão - AMMA;
- III - Claridelma Barros Brasil Mesquita, matrícula nº 182600, coronel, ora exercendo o cargo em comissão de diretora de Segurança Institucional e Gabinete Militar - DSIGM;
- IV - Célia Regina Pereira da Silva, analista judiciária - contadora, matrícula nº 99382, ora exercendo o cargo em comissão de diretora do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário - FERJ;
- V - Amudsen da Silveira Bonifácio, matrícula nº 99374, analista judiciário - administrador, ora exercendo o cargo em comissão de diretor Financeiro.

Art. 2º Este Ato da Presidência entra em vigor na data de sua publicação, revogando a [Portaria-TJ nº 35, de 9 de janeiro de 2024](#).
Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 19 de junho de 2024.

Desembargador JOSE DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 140558

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 19/06/2024 15:49 (JOSE DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO)

Informações de Publicação

111/2024	20/06/2024 às 16:21	21/06/2024
----------	---------------------	------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS – FUNSEG-JE

Relatório Anual de Atividades 2024 – FUNSEG

DO PLANEJAMENTO

Plano Plurianual – PPA

O Plano Plurianual ou PPA é um instrumento legal de planejamento das ações governamentais, previsto no art. 165 da Constituição Federal que se destina a organizar e viabilizar a ação pública por um período de quatro anos.

O PPA do Estado do Maranhão para o quadriênio de 2024/2027 foi aprovado por meio da Lei nº. 12.167/2023, e autorizou a execução dos programas e ações do FUNSEG conforme tabela a seguir:

PROGRAMAS E AÇÕES POR ÓRGÃOS		
Programa Principal: 0543 - Prestação Jurisdicional		
Objetivo: Proporcionar à sociedade Maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade.		
Público Alvo: Sociedade		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04904 – FUNSEG		
Programa	Ação	Finalidade
0543 - Prestação Jurisdicional	4686 - Apoio a Segurança dos Magistrados do Estado do Maranhão.	Proporcionar aos Magistrados condições de segurança adequadas nas Sedes Jurisdicionais.

Para as ações programadas são previstas metas físicas as quais possibilitam uma melhor avaliação da atuação do FUNSEG, pois fornecem informações quantitativas acerca das atividades desenvolvidas, possibilitando a mensuração da eficiência dos recursos aplicados comparados às metas financeiras. As metas físicas e financeiras para o ano de 2024 foram executadas conforme quadro abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS – FUNSEG-JE

PROGRAMA - 0543 - Prestação Jurisdicional

Ação	Produto	Unidade de Medida	Metas		Execução	
			Física	Financeira	Física	Financeira
4686	Medido pela despesa	Unidade	1	14.476.893,00	1	12.217.542,94
Subtotal do Programa				14.476.893,00		12.217.542,94

Verifica-se que a ação 4686 foi executada em 84,39% do orçamento total disponibilizado para o exercício, considerando a soma dos créditos aprovados na LOA. Meta medida pela despesa executada no exercício, de acordo com as licitações realizadas e concluídas no período, estruturando suas políticas de segurança dos magistrados, bem como a consolidação dos atos de gestão.

Outro importante instrumento de planejamento anual, servindo de conexão entre o plano estratégico das ações governamentais (PPA) e o plano operacional a ser executado (orçamento anual) é a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Esta tem por finalidade orientar a elaboração do Orçamento, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital, além de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento e dispor sobre as alterações na legislação tributária.

DO ORÇAMENTO

Atendendo as disposições previstas na LDO, a proposta orçamentária do FUNSEG para o exercício de 2024, fixou uma despesa planejada no valor de **R\$ 8.624.000,00** (oito milhões, seiscentos e vinte e quatro mil reais). No decorrer do exercício financeiro, após as suplementações orçamentárias, o orçamento autorizado para o período foi de **R\$ 14.476.893,00** (catorze milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, oitocentos e noventa e três reais).

A seguir, uma avaliação orçamentária por programas e ações desenvolvidas.

4.2.1 Por Programa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS – FUNSEG-JE

O programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade. O programa é o módulo comum integrador entre o plano e o orçamento.

No quadro abaixo vemos a execução dos programas previstos na LOA para o exercício de 2024:

PROGRAMA	1. Dotação Inicial	2. Crédito Adicional	3. Dotação Atualizada	4. Executado (Emp.)	Exec. LOA (%)
4686 - Apoio a Segurança dos Magistrados do Estado do Maranhão	8.624.000,00	5.852.893,00	14.476.893,00	12.217.542,94	84,39%

Ao avaliar o cumprimento das metas financeiras por programa apresentada acima, constatamos que o FUNSEG executou um percentual significativo de 84,39%.

POR AÇÃO

Os programas são compostos de ações, que, conforme suas características podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais. A atividade envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo. O projeto envolve um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo. Já a “Operação Especial” abrange as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de Governo.

No âmbito do FUNSEG as suas ações têm características de atividades.

A execução das metas físicas e financeiras já foram avaliadas quando do comentário sobre o PPA.

Apresentamos a seguir a execução das metas financeiras:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS – FUNSEG-JE

PROGRAMA	PROJ/ATIV	DENOMINAÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	Perc. De Execução
0543 - Prestação Jurisdicional	4686	Apoio a Segurança dos Magistrados do Estado do Maranhão	14.476.893,00	12.217.542,94	84,39%
Total			14.476.893,00	12.217.542,94	84,39%

A análise dos dados acima se assemelha ao já comentado quando da visualização do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fundo de Segurança dos Magistrados – FUNSEG-JE – tem por objetivo suprir, implementar, captar, controlar e aplicar recursos financeiros que serão destinados à implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados; à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados.

Por meio deste Fundo o Tribunal maranhense tem sido referência em ações de segurança institucional, cumprindo as medidas básicas elencadas por força de Resolução do CNJ. Este salto em termos de segurança institucional no Poder Judiciário reflete o anseio do contexto atual, o qual reivindica a constante criação de mecanismos de proteção que garantam o livre exercício da magistratura, elemento indispensável ao Estado Democrático de Direito.

Assim, o desenvolvimento das atividades do Funseg constitui-se em verdadeira Política Pública de Segurança no âmbito do Poder Judiciário Maranhense, na busca de promover os recursos necessários para a manutenção do Sistema de Segurança dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS – FUNSEG-JE

Magistrados e relativos à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nessas atividades de segurança.

São Luís (MA), 31 de dezembro de 2024

Des. José de Ribamar Froz Sobrinho

Presidente do Tribunal de Justiça.